

A agricultura que devasta a terra

A defesa nacional

O ex-presidente do Clube Militar, general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, falou no seminário Pensando o Brasil sobre a política e a estratégia de defesa nacional do país, frisando que esta é uma tarefa de todo brasileiro e que se estende por terra, ar e mar.



3

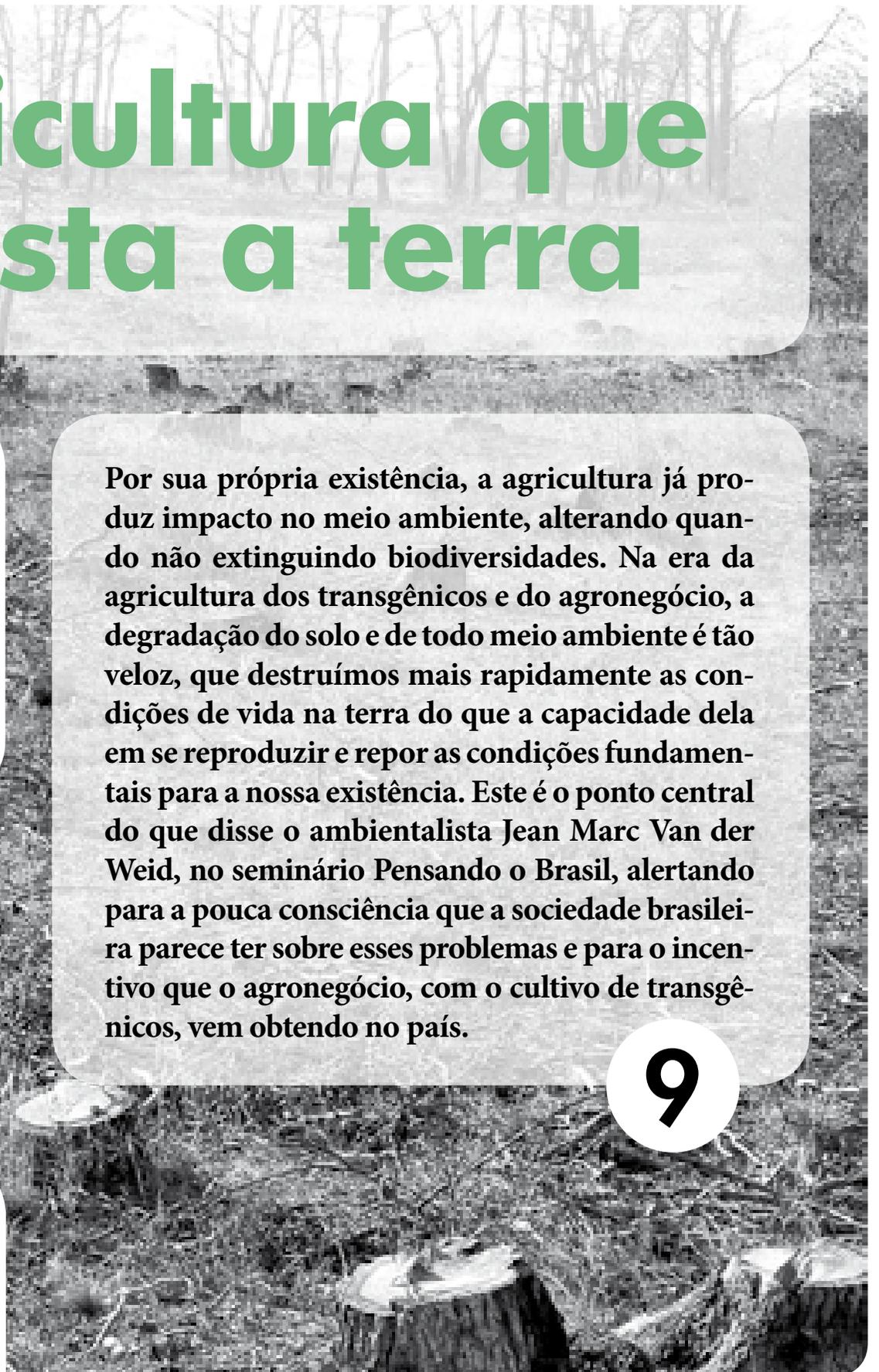
Por sua própria existência, a agricultura já produz impacto no meio ambiente, alterando quando não extinguindo biodiversidades. Na era da agricultura dos transgênicos e do agronegócio, a degradação do solo e de todo meio ambiente é tão veloz, que destruimos mais rapidamente as condições de vida na terra do que a capacidade dela em se reproduzir e repor as condições fundamentais para a nossa existência. Este é o ponto central do que disse o ambientalista Jean Marc Van der Weid, no seminário Pensando o Brasil, alertando para a pouca consciência que a sociedade brasileira parece ter sobre esses problemas e para o incentivo que o agronegócio, com o cultivo de transgênicos, vem obtendo no país.

9

6

Lessa e os novos artesãos

O professor Carlos Lessa, abordando a formação produtiva e social, fala dos novos artesãos do capitalismo moderno.



A defesa do país

Nesta edição do *JE* estão presentes, talvez, as contribuições mais profundas, em termos de reflexão e análise, sobre os problemas brasileiros contemporâneos e que estiveram presentes no seminário Pensando o Brasil, que várias entidades promovem no auditório da ABI, no Centro do Rio, entre as quais, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED). Tanto o general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, quanto o ambientalista Jean Marc Van der Weid tocam em questões que dizem respeito à segurança do país, sob diferentes enfoques.

Schroeder Lessa aborda recente decreto do Poder Executivo a respeito da defesa nacional, em especial, considerando suas fronteiras territoriais, aéreas e por mar. O general do Exército brasileiro vai fundo problematizando a questão da defesa da nação, expondo, sobretudo, que ela não é somente uma tarefa da área militar, mas, sim, de todos e todas nós, cidadãos e cidadãs do Brasil.

O ambientalista Jean Marc, expoente da geração de 68, no Brasil, aponta quão nocivas têm sido as políticas agrícolas, desde tempos primórdios. E avança pela atualidade, chamando a atenção para questões extremamente preocupantes: a erosão do solo e o poder crescente e contínuo de degradação sobre a natureza e o meio ambiente, criando a desconfortável situação de estarmos perdendo o terreno abaixo de nossos pés.

Trata-se de uma edição para tirar o fôlego do leitor, da leitora, mas, em contrapartida, oferecendo boas bases para a reflexão e a análise. Uma boa leitura. 

SUMÁRIO

General Luiz Gonzaga
Schroeder Lessa

Uma estratégia para além do território

3



6

Carlos Lessa
Pensar o Brasil a partir do povo

9

Jean Marc Van der Weid
Plantando a destruição da terra

12

Pedro Paulo Silveira Felicíssimo
**Uma história de energia:
o desafio de empreender e inovar**

13

**Alternativas ao
pensamento único**

15

**Jogos do Pan 2007
Menos verbas para saúde**

15

**Prêmio de Monografia será entregue na ABI
Programação "Pensando o Brasil"
Seminário Internacional**

Errata: por erro de informação, na edição passada saiu publicada, à página seis, a apresentação do Tenente Brigadeiro Sergio Ferolla como Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, o que não procede. O Brigadeiro foi Comandante e Diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra, nos anos 93/94 e ministro do Superior Tribunal Militar até 2004, tendo ocupado a Presidência do STM no período de 2000/2001. Pedidos desculpas ao brigadeiro e aos leitores.

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Je JORNAL DOS
ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Reportagem:** Rebecca Ramos • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, Ruth Espinola Soriano de Souza – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2004-2006): Carlos Henrique Ti-

biriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Soares, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2004-2006): Angela Maria de Lemos Gelli, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

**Política de
Defesa Nacional**

Uma estratégia para além do território



■ General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
Ex-presidente do Clube Militar

A política de defesa nacional é um decreto do governo atual, bastante recente. Um decreto do presidente Lula, que a maioria desconhece. É uma política de governo orientada, fundamentalmente, para ameaças externas. Um documento do mais alto nível, de planejamento de defesa e que engloba todas as esferas do poder; não é restrito ao campo militar. Na aplicação dessa política, todo o poder nacional tem que estar envolvido. Ela é composta de um componente político e de uma estratégia. Nesse componente político tem alguns conceitos que vou passar rapidamente. Um decreto dessa envergadura tem que ter suas bases legais, que são a Constituição Federal, as leis que dizem respeito à defesa do país, e a política externa que o país desenvolve, e que segue tradicionalmente determinados princípios. Um ponto importante é que a defesa do Brasil é um dever de todo brasileiro. Não é exclusiva do militar, do governo. Ela encampa todo o cidadão brasileiro.

Quem fala em política de defesa tem que falar basicamente do Estado. E o que é o Estado? É um território com fronteiras perfeitamente demarcadas, negociadas, aceitas ou não, mas, enfim, o Estado é uma área física demarcada, que deve ser um pouco homogêneo ou não; temos tantos Estados com povos heterogêneos, que democraticamente convivem dentro desse espaço físico, logicamente obedecendo às leis e ao governo legitimamente

constituído ou não – temos que considerar isso. Quem tem o monopólio do uso da força, ou seja, tem o monopólio da coerção para impor a lei, a ordem, em um clima democrático é o Estado.

Ele é o único que defende o monopólio da coerção.

O conceito de segurança nacional, que vai além da defesa, é muito mais abrangente do que o conceito de defesa. Hoje temos a

segurança adentrando pelo campo político, pelo militar, econômico, social, ambiental etc. E temos aí as medidas de segurança mais amplas que são a Defesa Civil, Segurança Pública, Controle de Epidemias, tudo isso está dentro do campo de segurança. O instrumento militar não é adequado para essas ações. O conceito de segurança é muito mais amplo do que o de defesa, portanto.

Esquemáticamente falando, o Brasil é um país que vive em um cenário político estratégico mais amplo. Dentro desse grande cenário, o país na sua convivência com outras nações vai perceber que recebe coerções econômicas, pressões políticas e reage fazendo as contrapressões. Negociamos determinadas tarifas e aberturas. Isso faz parte da vida de um país, tudo isso está dentro do campo da segurança, que é um campo restrito e exclusivo do militar. O campo da defesa responde a uma agressão militar e aí é diferente. A resposta é dada preponderantemente pelo poder militar, mas, como já vimos, todo o poder nacional se reporta no campo do poder militar.

O ataque à soberania

Não há como falar de defesa se não analisarmos o cenário internacional, os países que nos cercam e o nosso próprio. E o que é mais notado, recentemente, na história da humanidade? O fim da bipolaridade. Hoje temos praticamente um país só como superpotência, ditando as regras para o mundo, que é os EUA. O fim da Guerra Fria, com ele a dissolução da União Soviética; com isso surge a globalização, que é o ambiente que vivemos hoje. Quando falo em globalização, não é só o compo-

A defesa da terra, do ar e do mar do Brasil

A nossa política de defesa encara o ambiente regional pela nossa massa continental. O Brasil extrapola o continente sul-americano. Nossa política de defesa contempla o entorno estratégico, que vai além do nosso continente. Ela considera que o Oceano Atlântico é uma linha de união, uma fronteira remota muito longa e nossa, e vai entender esse entorno como área de influência à costa ocidental africana e ao extremo sul do continente, na Antártica, onde também temos interesse, temos uma força militar que é suporte para importantes pesquisas científicas produzidas pelo Brasil.

A América do Sul, tradicionalmente, está fora dos eixos das grandes confrontações. Ficamos fora da primeira e da segunda grande guerra, fora das guerras do Vietnam, Coréia. O sentimento de latinidade une a América espanhola com a América portuguesa e faz com que tenhamos culturas próximas. Mas temos interesses divergentes que, de vez em quando, perturbam nossas relações, como o caso recente da Bolívia. É um interesse divergente que a diplomacia vai resolver, mas, sem dúvida, arranha as relações entre países.

Temos a Argentina e o Uruguai com

uma fronteira bastante incômoda e as fragilidades econômicas e institucionais que nos colocam em níveis diferentes. Temos países mais desenvolvidos, como Brasil e Argentina, e em estado bem mais inferior, em termos políticos, econômicos e institucionais. Por isso, o que é importante é a integração da América do Sul com a América do Sul mais pobre. Uma das grandes metas da política externa do governo atual é a integração da América do Sul. E o presidente Lula tem feito com o ministério de Relações Exteriores todo um esforço, mesmo que não alcançados todos os resultados esperados. Mas a política existe.

Amazônia e as terras dos índios

O Brasil, com essa imensa área, tem uma vocação marítima e terrestre. Ele é ao mesmo tempo um país equatorial, tropical e também um país subtropical, abaixo do trópico de Capricórnio. Temos, portanto, três componentes muito importantes: equatorial, tropical e subtropical. Por extensão, não é possível adotar uma política de defesa uniforme para o país; temos princípios uniformes, mas na hora de executar temos cenários opera-

cionais diferenciados e temos que levar isso em conta.

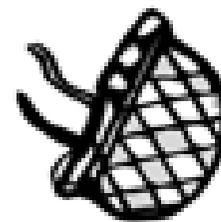
A prioridade é dada para as chamadas “áreas vitais”, que as mais desenvolvidas política e economicamente. Se essa área cair, praticamente o país está dominado. Mas temos fora dela as prioridades. Quais são as prioridades da defesa nacional fora da área vital, definidas pela política de defesa? A Amazônia e o Atlântico Sul. Sabemos que a Amazônia tem que estar na prioridade nacional e está englobada na chamada política de defesa nacional. A chamada “Amazônia legal” é de uma grandiosidade, é toda a Europa. Tirando a Rússia, temos uma Europa dentro do país. Isso dá uma dimensão de como é grande a área que nós temos e como é importante preservá-la. Temos na Amazônia, hoje, com 5 milhões de metros quadrados, 22 milhões de habitantes, em uma área que é mais da metade do Brasil. Somos 180 milhões de habitantes, e 22 milhões estão na Amazônia. Portanto, a Amazônia carece de políticas de investimento, mas na hora que isso acontecer vamos enfrentar fortemente a oposição ambiental. Sabemos que a política indígena precisa ser analisada e se

nente econômico. A globalização compreende o fenômeno político-econômico-social.

Na área política da globalização vamos encontrar grandes arestas e, na área social, há pressões muito grandes, por exemplo, no movimento de pessoas, no recebimento de imigrantes, nas

relações entre países etc. Contrastes enormes e está ressurgindo algo preocupante, que são os conflitos étnicos e religiosos. Está havendo uma exacerbação do nacionalismo em todos os continentes. Sabemos o que aconteceu com os EUA e o mundo após o 11 de Setembro. Temos mais recen-

temente o exemplo da guerra do Iraque, que foi uma intervenção basicamente anglo-americana, mas à revelia do Conselho de Segurança da ONU. Já é duríssimo compreender uma intervenção que a ONU aprovou; mas muito pior é que essa intervenção se faça sem a concordância dela ONU.



é isso mesmo que queremos, cerca de 500 mil pessoas, não totalmente indígenas, mas ocupando 12% do território brasileiro. É um dado que poucos brasileiros conhecem. A presença do Estado brasileiro tem que se fazer mais atuante. Não é com força armada, porque, por si só, ela não garante a Amazônia como brasileira. O Estado brasileiro, através dos seus outros segmentos econômico e social, tem que fazer presença na Amazônia, de forma efetiva. A Amazônia continua sendo aquela área lá longe, muito linda, de florestas, de bichos, de malária e só. Ela que fique por lá. O povo brasileiro não pressiona. Sobre a política indígena, muitos acham que o problema está resolvido, mas o problema está mais verde do que anos atrás. Eu integro ou segrego o índio? Que extensão deve ter uma terra indígena? Eu preciso colocar áreas que equivalem à Holanda e à Bélgica? Eu posso explorar riqueza de terra indígena? Quase todas as nossas riquezas minerais na Amazônia estão em terras protegidas, que são áreas de florestas preservadas ou áreas indígenas. Eu posso explorar ou não? A Constituição permite, mas não regulamentou e como não regulamentou até hoje está sem poder fazer nada. A Amazônia tem quase 22% da sua área indígena e o Pará tem 20%.

A cobiça internacional é tão óbvia... Há algum tempo atrás, quando fazia palestras desse tipo, sentia certa incredulidade no próprio Itamaraty; e venho notando uma mudança de posição bastante sensível do nosso ministério de Relações Exteriores, que pressente que as pressões internacionais em vez de diminuir só têm aumentado. Quase 40% da biodiversidade da terra; 20% da água do globo e muitas riquezas. Isso nos enche de orgulho, mas são as nossas vulnerabilidades e temos que ter meios de reduzir essa vulnerabilidade.

Para que Forças Armadas?

Outra prioridade da política de defesa é o mar. Com toda a interiorização que fizemos, 80% da população brasileira vive ainda agarradas ao mar. No mar temos o chamados recursos da "zona econômica exclusiva"; e poucos brasileiros sabem disso. Essa zona econômica exclusiva é de um potencial enorme. Mais de 50% de gás e quase 90% do óleo vêm do mar, potencial mineral. Como meio de comunicação e transporte é insuperável: 95% das nossas exportações e importações são feitas pelo mar. Agora imagina se alguém estrangula esse mar, faz um bloqueio? Não tendo condições de furar esse blo-

queio, como ficamos? É uma ameaça enorme à segurança nacional e temos que ter as nossas vias marítimas com segurança.

Quais são os princípios que secularmente vêm orientando o Brasil na relação com outros povos? Os da interdependência, da democracia, cooperação, multilateralismo. A política de defesa nacional é um grande conjunto de princípios, orientações, diretrizes, mas são princípios teóricos. Faz parte dessa política a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior. O problema Petrobras hoje, na Bolívia, está coberto aqui. Um dos objetivos da política de defesa nacional é esse.

O que está acontecendo hoje nas Forças Armadas, qual é o vetor principal da defesa? Não se projeta um país sem Forças Armadas. Força armada não é para fazer guerra e, sim, para garantir a paz. E vão perguntar o que fez a Marinha, o Exército e a Aeronáutica? Já foi o tempo de improvisar. Há, ainda, um baixíssimo investimento nas forças armadas, em aquisição de materiais, de ciência e tecnologia. Se não tivermos ciência e tecnologia, não há força armada atualizada. Nos vetores básicos é a mesma coisa. Vetores básicos são navios, aviões, tanques, carros de combate, todos, hoje, desatualizados.

O conceito de soberania está sendo absolutamente relaxado.

A soberania está sendo considerada em segundo plano para as potências menores. Ninguém vai discutir soberania com os EUA, nem com França, Inglaterra e Alemanha. O Brasil se tornou signatário do Tratado de Kioto, mas algu-

mas grandes potências não o são, entre elas, os EUA. Esses são os fatos que estão dominando o mundo. No campo da política de Bush, amanhã se ele sai e entra outro partido, esses fatos ainda vão governar as relações internacionais durante muito tempo.

Possíveis tensões: a pesquisa e a

busca basicamente pelos recursos do subsolo. O Brasil tem bastante energia, e não é aquela energia derivada de fósfil. Temos um reator nuclear da natureza: sol, espaço e água. Por isso somos um dos poucos países do mundo capaz de produzir energia renovável, sem degradar o meio ambiente. Daí

outros países já estarem olhando para nós com olhos bem atravessados. Grandes empresas nacionais começam a querer investir pesadamente em combustíveis alternativos, como o biodiesel. Há de se ter uma grande preocupação com os grandes investidores estrangeiros que têm estado em nosso país, a começar pelo Bill Gates, que é o homem mais rico do mundo e que está disposto a investir em compra de terras para produção de cana-de-açúcar, álcool etc.

No campo militar, já abordei a unipolaridade. Temos que calcular nesse campo também a chamada simetria de poder. Estados menores, que têm poder muito menor e etc. mas que exercem forte influência também no poder militar. Atualmente, nós temos atores não estatais tão ou mais violentos do que os próprios Estados, levados por grupos fanáticos, que não medem esforços, ameaças "tradicionais" e as chamadas "novas ameaças" representadas pelo islamismo, o ultranacionalismo e coisas desse tipo. 

Pensar o Brasil a partir do povo



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

**Projeto nacional
e organização
produtiva e social**

D. Pedro II deu cartas patentes a duas cervejarias: Antarctica Paulista e Brahma, que cresceram muito e foram engolindo todas as cervejarias pequenas. Tão bem sucedidas que “brahma” passou a ser sinônimo de cerveja. Empresas de capital aberto foram sempre apoiadas pelo Estado brasileiro. A Brahma se fundiu com a Antarctica e foram tão grandes que puderam comprar a maior cervejaria da Argentina, a Quilmes. Em 2004, o grupo Ambev virou belga. Seus donos, brasileiros, trocaram o controle da Ambev por uma polpuda participação acionária na Interbrew, passaram por um processo de “belgificação” de uma empresa que durante cento e tantos anos foi nacional. Eu considero isso um crime. Mas não são apenas eles não! Outro grupo nacional chama-se Gerdau. Começou pequeno, no Rio Grande do Sul, depois cresceu e hoje é controlado por uma fundação cuja sede está em Amsterdã. E ela é uma empresa extremamente bem sucedida, já comprou uma porção de siderúrgicas no mundo inteiro e agora está comprando uma na China.

■ Carlos Lessa
ex-presidente do BNDES

A Companhia Vale do Rio Doce é a segunda maior empresa brasileira e não sei até quando o será. A política do governo FHC, continuada pelo governo Lula, é de transferir para as ADRs de Nova Iorque frações crescentes das ações das companhias brasileiras. O Banco do Brasil, por exemplo, está sendo agora convertido em ADR na Bolsa de Valores de Nova Iorque. A Petrobras já tem boa parte do capital em ADR. A Vale continua sendo

uma empresa brasileira, porém ela quer ser uma mineradora em escala mundial, quer competir com a Anglo-América. Quando era uma empresa estratégica para o Brasil foi fundamental, por exemplo, para abrir eixos de integração no país. Era importante para o Brasil manter uma posição firme no setor siderúrgico mundial, mas FHC privatizou a siderurgia, fragmentando e criando uma porção de grupinhos fracos e o último que vai virar alguma coisa que não é brasileira é a CSN. Ou seja, os grandes grupos nacionais sobreviventes estão virando grupos transnacionais, ganhando perfis de multinacionais.

Muita gente tem dito por aí



que está havendo uma “reprimarização” da economia brasileira. Certamente houve uma desindustrialização relativa no Brasil. O país chegou a ser a oitava economia industrial do mundo e hoje é a décima terceira. E aí alguns dizem que o Brasil está voltando a ser primário. Porém, não é um retorno à República Velha porque ela era melhor. Eu vou comparar o café com a soja. Economia do café na República Velha: a fazenda de café era tipicamente uma empresa agrícola nacional. O café era transportado no planalto paulista por três ferrovias, que eram a Sorocaba, a Mogiana e a Paulista Estrada de Ferro. Todas três de capital nacional, duas delas de empresários de café e uma do governo de SP. A infra-estrutura do café era nacional. Os bancos eram nacionais e os exportadores eram nacionais; as sementes eram aperfeiçoadas pela Agrônômica de Campinas.

Se forem comparar a soja com o café vão verificar que, com a soja, estamos muito piores do que na época do café, porque a fazenda continua sendo nacional e o caminhão que recolhe a soja até um ponto logístico mais importante é também nacional. Mas acabou aí porque o maquinário agrícola é todo ele multinacional, os fertilizantes podiam ser nacionais, mas com a privatização de FHC estão nas mãos de grandes produtores internacionais e um quarto da produção é financiado diretamente por bancos estrangeiros; as operações de arbitragem se dão na Bolsa de Mercadorias e Futuros de Chicago. Quatro empresas exportam toda a soja brasileira, e nenhuma delas é nacional. Então, não pensem que pelo fato de a soja ter prosperado voltamos à República Velha. Saudosa República Velha! Saudosa, em termos de projeto nacional.

As elites brasileiras sempre fo-

ram, usando as palavras do dr. Ulisses Guimarães, inteiramente desatentas em relação ao povo brasileiro. Nenhum partido político da República Velha fala em povo. A elite nunca teve a menor preocupação com o povo, nunca se preocupou com a desigualdade social. Mas sempre se preocupou, no passado, com as forças produtivas nacionais. Por quê? Porque a economia do café era perfeita para defender os seus interesses. Quando deu a crise do café, ela deu sustentação à política de desenvolvimento industrial. As elites brasileiras foram industrializantes. Mas, agora também não dá mais bola para o desenvolvimento do país.

Juros: “bolsa família” dos muito ricos

Por que o homem da Ambev está interessado que o Brasil se desenvolva? Ele já desenvolveu tanto que pôde virar belga! Não precisa mais ter escritório em São Paulo, basta Bruxelas. Por que o dr. Gerdau está querendo desenvolver, se ele já é uma potência mundial que produz mais fora do Brasil do que dentro do país? Por que a elite brasileira vai se preocupar com o desenvolvimento das forças produtivas nacionais? Ela está numa ótima. Sua riqueza hoje é toda ela intimamente internacional, não é mais tupiniquim. Os ricos e muito ricos no Brasil, hoje, são donos de patrimônios que têm cotação internacional. Vocês acham que o Gerdau vai se preocupar com o Rio Grande do Sul?

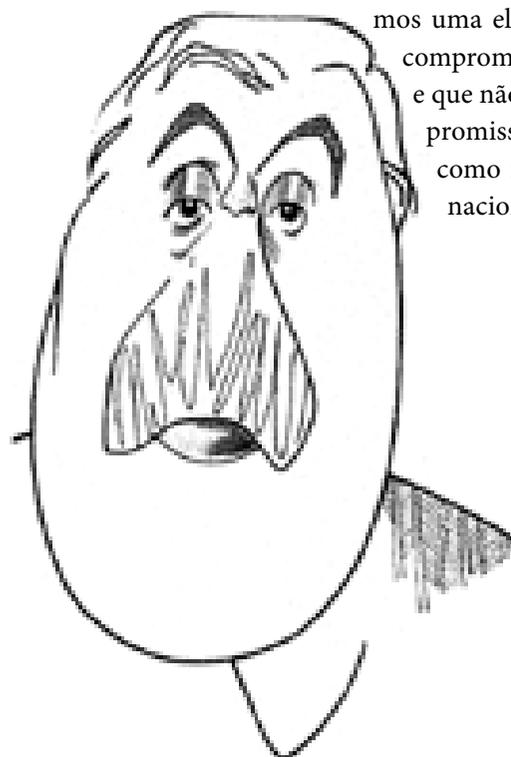
O epicentro da indústria brasileira hoje já não é mais no Brasil. Não havia para a elite brasileira a categoria “povo” e continua não havendo, mas agora não há mais também a categoria “nação”. A elite brasileira só se interessa pelo Brasil como espaço de aplica-

ção financeira, porque pagamos a taxa de juros mais alta do mundo. A elite brasileira vive em um estado de paralisia, constrói recursos importantes no exterior e aplica como capital estrangeiro no Brasil. Por isso ninguém mexe na taxa de juros. Se ela estivesse interessada no desenvolvimento das forças produtivas não haveria essa taxa repugnante. O maior programa de transferência de renda do planeta, o Bolsa Família, terminou o ano cobrindo 8,7 milhões de famílias. Este ano deve atingir 11 milhões, o que é uma coisa admirável e que vai custar R\$ 7 bilhões. Este ano, o BC e o Tesouro vão pagar R\$ 163 bilhões de juros de dívida pública. Quem recebe esses R\$ 163 bilhões? É a elite brasileira.

As estimativas feitas pelo professor Marcio Pochman dão que 70% dos juros pagos vão, no máximo, para 20 mil famílias. Então, neste ano, mais de R\$ 100 bilhões serão entregues para 20 mil famílias, enquanto R\$ 7 bilhões vão para 11 milhões de famílias.

O maior “bolsa família” do planeta não é o dos pobres, é dos ricos e muito ricos. É uma indecência, mas a imprensa trata de maneira muito elegante, chamando isso de “investimento”. Investimento é o ato pelo qual se amplia a capacidade de produção ou se modifica a capacidade de produção de um país. Aquisição de títulos de dívida é uma aplicação financeira. A pergunta relevante é a seguinte: o que acontece com os juros que são pagos da dívida pública? Se esses juros estivessem sendo utilizados para construir fábricas, estradas, diríamos que o caráter insaciável da nossa elite estaria mantido, mas ela estaria investindo e desenvolvendo as forças produtivas do país. E alguma coisa ia sobrar para o povo, como emprego, aumento de produção etc. Mas a nossa elite não faz mais isso. A estimativa é que existem US\$ 95 bilhões de aplicações brasileiras no exterior. Tem entre US\$ 25 bi a US\$ 26 bi de *hot money*, dinheiro que gira a curtíssimo prazo dentro do país. Com um quadro desses, por que a elite vai estar desconfortável? Te-

mos uma elite que não tem compromisso com o povo e que não tem mais compromisso com a nação, como falar em projeto nacional?



A volta do artesão

A produção será o que? Do capital dominando a sociedade ou será do trabalho dominando? Acho que tentar insistir neste corte capital/trabalho não nos leva a lugar nenhum. Hoje tenho absoluta certeza que vivemos em um ambiente muito mais complicado do que se imagina. Vou fazer uma demonstração, pegando a indústria automobilística, paradigma da revolução industrial. Onde está a concentração de capital? Cada vez mais as montadoras operam em muitos países. Tem o que eles chamam de “carro mundial” onde está um capital extremamente concentrado e do outro lado estaria o proletário empregado na indústria metal mecânica, que já foi o metalúrgico do ABC e não é mais porque atualmente ela se espalhou pelo Brasil. Mas em tese você teria de um lado as montadoras e de outro os sindicatos de vanguarda do operariado. Se organização do capitalismo fosse isso, mais cedo ou mais tarde haveria a revolução social, mas o mundo do automóvel é muito mais complicado do que essa equação.

Para começar tem uma quantidade gigantesca de empresas que são ligadas ao metal-mecânico. Não estou falando das indústrias de autopeças, porque essas são tão concentradas quanto os fabricantes de automóveis. Estou falando do comerciante de carros, de todo um elenco de empresas que surge como emanções do mundo do automóvel, e falando mais: do taxista, do “flanelinha” – afirmo que tem mais flanelinha do que operário metalúrgico no ABC –, do mecânico de beira de estrada, que conhece todo o motor e refaz as peças necessárias quando a fábrica já deixou de fazer – tem muito mais mecânico de beira de estrada, muito mais “Ivo Pitanguy” da lanternagem do que operário do ABC. O povo brasileiro inventa a “geriatria do objeto durável”.

Eu imaginava que o capital concentra e destrói a base da produção artesanal. O artesão deixando de ser dono dos instrumentos de produção e do material necessário para exercer sua atividade, vira um proletário. A

essência da transformação capitalista é desapropriar as ferramentas, os materiais e o domínio da técnica complexa, por interessar que o operário fosse melhor se fizesse um único gesto. No limite é o Carlitos, que só sabia apertar botão. Você organiza o tempo, simplifica o gesto e cria o trabalhador. Então, o desenvolvimento capitalista é a morte do artesão. É ledô engano porque o automóvel recriou o artesão. E existe o que chamo de “geriatria do objetivo durável”.

A idéia de que a lógica do capital organizaria de um lado o capital, de outro o proletário é uma idéia boba, negada historicamente pela ligação de variadíssimos atores sociais que não são nem capitalistas, nem proletários. E que são tão mais complexos quanto mais periférico o país é no mundo. E a organização produtiva é decisiva porque são os atores sociais que dão base ao processo político. Daí poder dizer que se depender da elite brasileira não há nem povo, nem nação brasileira. Então, dispensa a elite para pensar o projeto nacional.

As estratégias de sobrevivência

Agora, quem são os possíveis protagonistas do Brasil? Vamos começar a botar o olho no “lanterninha”, no mecânico de beira de estrada, no “Ivo Pitanguy” da lanternagem, no comerciante do ferro velho, de carros de segunda mão, começar a olhar os outros protagonistas do Brasil. Ao falar sobre organização produtiva social, temos que começar a olhar o que existe nesse Brasil, o que está acontecen-



do. Temos que saber onde é que estão os protagonistas e se eles podem dar sustentabilidade ao projeto nacional. Não posso procurar nas elites, porque não somos coniventes com o crime contra o povo e o desprezo delas pela nação brasileira. Mas nós também somos elites, porque eu não consigo imaginar o que é viver com um salário mínimo; porém, 40% do povo brasileiro ganham menos do que isso.

O nosso povo tem uma característica que o torna absolutamente admirável que é a sobrevivência. Um povo que sobrevive a essa elite é absolutamente um povo competente. Aliás, se você só olhar para nosso povo começa a descobrir que ele cria continuamente estratégias de sobrevivência, com uma competência e uma velocidade espantosas, e cujas condições de sobrevivência podiam ser aperfeiçoadas se nos comprometêssemos com ele. A solução é emprego com carteira assinada, justiça do trabalho, com inserção social. Mas para isso é preciso que o país volte a crescer, que tenha um projeto nacional.

Não há nenhuma orientação que dê ao povo a segurança de que há uma cumplicidade e um compromisso com esse povo que sobrevive. O voto, que é o único instrumento que o povo tem para poder promover uma transformação, é banalizado. A fonte da corrupção está na elite, que desvaloriza a democracia brasileira. Aliás, Antônio Hermínio de Moraes tem uma frase que é perfeita dessa função da elite. Ele disse que é um democrata, mas não confia nos políticos. Eu não sei como é que se explica isso. 



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

**Meio ambiente
e agricultura**

Plantando a destruição da terra

Quando houve a ECO 92, aqui no Rio de Janeiro, se identificaram quais são os principais impactos ambientais, que fatores impactavam o meio ambiente nas cinco grandes regiões do país. E se descobriu que três dessas cinco regiões são desta agricultura nova, mecanizada, e a bioquímica

era o principal fator de impacto. Isso na região Sul, Centro-Oeste e Nordeste. Na região Norte, o terceiro maior fator de impacto era a agricultura, mas isto, de 92 para cá, posso afirmar que, provavelmente, já se transformou no segundo, se não no primeiro maior fa-

tor de impacto, pela grande expansão da cultura de soja, de arroz e da pecuária na região amazônica. Na região Sudeste, os maiores impactos ambientais são as grandes cidades, como Rio, São Paulo, Belo Horizonte e muitas outras de porte grande, com mais de um milhão de habitantes. Nesses centros urbanos, a agricultura vai aparecer como terceiro, quarto ou quinto fator de maior impacto no meio ambiente.



■ Jean Marc Van der Weid
Ambientalista

Mas de que tipo de impacto falamos?

Na verdade, o primeiro impacto da agricultura sobre o meio ambiente é exatamente a destruição da sua cobertura vegetal. A agricultura para existir precisa limpar a área e quanto mais modernizado, mecanizado o sistema de produção, maior essa limpeza se faz. Em sistemas como a agroecologia se tem um efeito bem menos brutal, em termos de substituição ou erradicação dessa cobertura vegetal natural. Mas, nos sistemas convencionais há certamente um processo de desmatamento e hoje vemos a Amazônia, como exemplo, mas na história da Mata Atlântica a gente lembra como se deu (o desmatamento) com os campos do Sul, e na região do Serrado, especialmente, onde ao longo dos anos e com um método bastante brutal, grandes retro-escavadeiras com correntes atadas entre elas, derrubaram as árvores do Serrado, abrindo grandes pastos, e o solo foi, então, brutalmente impactado.

Esse foi o primeiro grande impacto, ou seja, a profunda destrui-

ção da camada natural e, portanto, vegetal-natural. Se levarmos a um extremo significa perda de biodiversidade; espécies vegetais que desaparecem, quando não há mais condições naturais de reprodução e se extinguem. A gente vive a era de maior e mais rápida extinção de espécies vivas de todo tipo – vegetais, animais – desde a desaparecimento dos dinossauros, no período triássico. Mas ao contrário daquele período, em que a hecatombe biológica foi provocada por processos naturais, hoje são essencialmente processos provocados pelo homem. Se isso é extremamente negativo, temos a esperança de que poderemos consertar esses efeitos se tivermos as políticas corretas, com consciência para fazer as correções necessárias.

O segundo impacto se dá no solo, ele que é vital para a produção agrícola. Na área da agroecologia tratamos o solo como um ser vivo. Ele é uma mistura não só de elementos inertes, como de uma série de processos químicos e biológicos extremamente dinâmicos. Um solo rico e vivo é a base da saúde das plantas e do ambiente. Ora, esse processo de limpeza da superfície e de erradicação das plantas

já começa a alterar esse equilíbrio biológico do solo, gerando o seu empobrecimento. De acordo com a forma como esse solo é manejado na agricultura, ele vai se empobrecendo progressivamente.

Perdendo a própria terra

Uma parte significativa do que é hoje área de solo degradado, no mundo inteiro, vem da contaminação química. De tanto se colocar produtos químicos no solo, se começa a praticamente gerar a morte orgânica dele, que passa a não ter mais vida significativa. O efeito mais visível, talvez mais impactante, para todo mundo, é o da erosão. Ou seja, um solo que não tem uma cobertura está sujeito a fatores erosivos como vento ou chuva, que são os mais significativos, e que podem fazer, no caso do Brasil, a média brasileira (um cálculo



extremamente de significado relativo, enquanto média, pois vai variar enormemente de região para região), mas o dado é que a perda média de solo, por hectare, é de 10 toneladas por ano. Média nacional. A média da América Latina inteira dá aproximadamente a mesma coisa. Na Ásia, essa média é de 30 toneladas por hectare/ano.

Ora, o solo existe, se forma a partir de uma ação do clima sobre

o que se chama “rocha-mãe”, as rochas que ficam embaixo da camada de terra. E essa rocha vai se decompondo e ela vai produzindo esse material que a gente conhece como solo, como terra. Mas enquanto tudo é mais lento no processo de produção do solo, é uma tonelada por hectare, em média; vamos perdendo 10 toneladas por ano desse solo. Ou seja, estamos perdendo solo em uma velocidade

muito significativa e isso faz com que em lugares com solo mais raso, caso da Amazônia, do Serrado e de uma série de regiões, se terá uma degradação que irá inviabilizar a agricultura, em um tempo relativamente curto.

O caso do Serrado é bem significativo, ele começou a ser explorado de uma forma intensiva de 20, 30 anos para cá, e nesse período já deixou 40 milhões a 60 milhões de hectares que não são mais produtivos, foram abandonados em estado de recuperação extremamente insipiente e lento, quer dizer, a natureza vai refazendo, vai surgindo uma plantinha aqui, outra ali, mas é uma zona degradável, não-agricultável, de 40 a 60 milhões de hectares. É muita coisa e em um período de tempo relativamente curto. Como nós temos uma área muito grande de Serrado, as pessoas não se preocupam muito com isso, os grandes agriculto-

Os malefícios do agronegócio

Precisamos olhar para além dos resultados de curto prazo, para falar do agronegócio. Se a gente for lembrar o que vimos na tevê e na imprensa brasileira nos últimos quatro, cinco anos, não existe nada melhor, moderno, positivo do que o agronegócio. É considerado o grande sucesso da economia brasileira, exportando US\$ 30 bi por ano. Aparecem na tevê as grandes planícies do Centro-Oeste colhendo a soja, jogando dentro do caminhão etc., algo positivo, mas, na verdade, isso tem um tempo extremamente curto de vida. E quanto tempo dura um sistema desses?

Na melhor das hipóteses (e falo do mundo), esse sistema tem altíssima dependência energética e só

sobreviveu por muito tempo porque o petróleo era barato. Quando o preço do petróleo começou a subir, o sistema começou a balançar e sobrevive no primeiro mundo porque o primeiro mundo tem dinheiro suficiente para bancar e subsidiar as perdas econômicas que esse sistema tem. São 250 US\$ bi por ano injetados como subsídios nessa agricultura, que os EUA gastam para sustentar o modelo. Não temos dinheiro para isso, mas modestamente o presidente Lula assinou um decreto de R\$ 50 bi para o agronegócio (não são dólares). Não é pouco dinheiro.

Uma organização ambiental dos EUA calculou que se toda a agricultura do mundo utilizasse o mesmo modelo dos americanos, o mesmo

custo energético, as reservas de petróleo já estariam esgotadas. Ou seja, para que esse sistema sobreviva muita gente não pode entrar nele, não pode expandir muito. Com as reservas conhecidas de petróleo no mundo, esse sistema não dura mais que 20, 30 anos. É o fim de um modelo que é considerado como o único capaz de abastecer o mundo com alimentos e com outros insumos.

Até que o mundo acorde que esse sistema é extremamente nocivo e perigoso, estaremos em processo de perda contínua. Os teóricos do capitalismo dizem que o mercado dá conta disso – “não se preocupe! No dia que o custo desse sistema estiver alto demais, ele passa a usar outras fontes energéticas”. No entanto, quando se lida com o

meio ambiente os riscos são maiores porque a capacidade de regenerar o processo de degradação ambiental é muito mais lenta. Em algumas situações, não há mais retorno possível a partir de certo nível de degradação.

Transgênicos e a escassez da água no mundo

Um outro fator que ameaça essa agricultura é que uma parte significativa dela vem de sistemas irrigados de produção: 40% de toda a produção agrícola no mundo. Esses sistemas absorvem aproximadamente 70% de toda a água que os humanos utilizam. E estamos chegando a um limite das reservas

res eles vão explorar novas áreas, exploram mais 10, 20, 30 anos até esgotar. Mas por enquanto ainda tem o Serrado para gastar.

O Brasil vive uma situação preocupante do ponto de vista da sua

consciência social com relação aos problemas da agricultura e do solo, porque não há uma noção da grande extensão do país e de como está sendo rápida essa degradação. Na China, não há mais um milí-

metro de solo cultivado porque tudo está ocupado há muito tempo. Aqui não tem. E a nossa prática histórica, desde a colonização, foi essa: vai passando por cima, deixando para trás solos muito degradados, de baixa produção.

Na destruição dos solos há um outro efeito, além de simplesmente diminuir a capacidade produtiva. Para onde vai o solo que é contido pelo vento, pela chuva? Vai para os rios, riachos, lagos, reservatórios, e nesses lugares produz uma série de efeitos. Alguns são simplesmente os de assorear esses cursos d'água, tornando o fluxo mais irregular, com inundações mais frequentes também. Ao carregar muita matéria orgânica para essas águas, também propiciam a multiplicação extremada de plantas que se alimentam da matéria orgânica que é carregada pelos rios. No Rio, vemos a multiplicação das algas na Lagoa Rodrigo de Freitas, que pas-

sam a sufocar a oxigenação da lagoa, causando a mortandade dos peixes. Isso vai acontecer em outros lugares, como o rio São Francisco, o Paraná e o Tietê.

Outro efeito de impacto ambiental pesado é o uso de produtos químicos e, em particular, os agrotóxicos. Eles não só contaminam o solo, como também o ar, as águas e vão dizimar diferentes tipos de vida nesses ambientes, criando desequilíbrios ambientais significativos, favorecendo o surgimento de pragas muito mais agressivas e perigosas do que aquelas que foram motivo do uso do agrotóxico. É um círculo vicioso conhecido. Durante muitos anos os cientistas afirmaram não haver nenhum efeito nocivo para o ambiente e para as pessoas, até que depois de 20, 30 anos de brigas prevaleceu a avaliação de que o agrotóxico não só é perigoso, como muito perigoso e que deveriam abolir o seu uso. 📧



de água, não só porque estão sendo muito degradadas pela própria agricultura, como estão sendo poluídas e esgotadas. Temos, no Brasil, algumas grandes reservas, como o aquífero Guarani, que já está entrando em processo de contaminação. Não é nada grave ainda, mas já começa a acontecer. A previsão é que nos próximos 20, 30 anos, vai ter guerra por água, o que antes existia por terra. Será um dos problemas mais graves nos próximos anos, se não estabelecermos como podemos economizar água.

A última das descobertas do agronegócio, introduzido a partir de 1996, foram os produtos transgênicos. Esses produtos não acontecem na natureza, a não ser excepcionalmente. Eles são uma produção de laboratório. Há uma série de riscos que não foram tra-

balhados nem do ponto de vista ambiental, nem do ponto de vista da saúde humana. Há uma expressão que eu já ouvi de cientistas e que eu fico perplexo "até hoje os americanos estão comendo produtos transgênicos e não morreu ninguém". E aí? O primeiro erro dessa afirmação é que morreu gente, sim. Houve um caso famoso de um produto, um aditivo alimentar transgênico, que matou centenas de pessoas. Há uma especulação bastante interessante que diz que a partir de 1996, quando os EUA começaram a consumir transgênicos, cresceu de forma exponencial o número de intoxicações alimentares de origem desconhecida. Existem também as "causas não-identificadas" e de 1996 para cá aconteceu um fenômeno em que o número de casos não-iden-

tificados subiu muito. Isso é culpa dos transgênicos? Eu não sei, mas é uma coincidência interessante.

Na verdade, a política que está sendo seguida na área agrícola do Brasil no governo Lula não é muito diferente da usada no governo FHC. Continua sendo uma política voltada para favorecer essencialmente o agronegócio, com injeções significativas. As preocupações ambientais, as discussões sobre sustentabilidade, riscos e impactos, tornaram-se até mais difícil agora do que no governo FHC. Apesar de toda simpatia que tenho pela ministra Marina Silva e seus esforços em prol do meio ambiente, diria que de certa forma o Sarney (referência ao ex-ministro do governo FHC) conseguiu em algumas coisas segurar a bola até melhor.

Conheço boa parte das pesso-

as que estão no governo e me espanto porque conseguem ser mais brutos no tratamento das questões ambientais do que outros, até neoliberais, do tipo Malan. Diria que, na média, a liberação dos transgênicos foi uma postura particularmente nociva. O Fernando Henrique não teve coragem de liberar porque foi bloqueado o tempo todo por pressões políticas, e o Lula fez.

Estou cansado de tentar espaço na mídia; mas ela só publica o que é favorável à liberação dos transgênicos. Como dizia um grande produtor americano: "o dia que o Brasil cair como um dominó, aí acabou a resistência aos transgênicos, no mundo". O futuro da geopolítica está sendo jogado aqui e, infelizmente, o governo ainda não entendeu o nosso papel.

Uma história de energia

O desafio de empreender e inovar



■ Pedro Paulo Silveira Felicíssimo
Economista

A oportuna criação do Centro de Estudos do Desenvolvimento (CED) trouxe uma nova dinâmica a um velho problema: o de apresentar oportunidades de debater, de modo democrático um modelo desejável de crescimento sustentável para o país. Dentro desta ótica de compartilhar os diversos graus de conhecimento, uma análise breve da trajetória histórica da industrialização brasileira nos últimos 123 anos, ajuda a fornecer os elementos necessários para responder às perguntas da economia clássica: O que produzir? Como produzir? Para quem produzir? Hoje, não necessariamente devemos fazer essas perguntas, mas, sim, outras: por que inovar? Aonde inovar? Para quem vender?

Tudo se inicia com o setor de energia, força motriz e impulso primeiro da industrialização (Rostow); e todas as grandes transformações econômicas, com a inovação (Schumpeter). Assim ocorreu com a energia hidráulica, o vapor, a energia elétrica, o petróleo e a energia nuclear. Todas essas inovações no

setor de energia representaram marcos históricos nos ciclos econômicos de longa duração (Kondratieff).

Desde Ribeirão do Inferno, em Minas Gerais (1883), a primeira hidrelétrica do Brasil, até as usinas nucleares de Angra dos Reis, passando pelo estágio atual de auto-suficiência em petróleo, a análise histórica dos diversos patamares na evolução da industrialização de nosso país fornece a diretriz básica, as palavras mágicas, que devem nortear um plano diretor de desenvolvimento auto-sustentável para o século XXI: inovação e empreendedorismo.

Estado e iniciativa privada

A partir, então, de Ribeirão do Inferno, que trabalhava com dois dínamos (4 e 8 Hp's), e que detinha a maior linha de transmissão do mundo na época (2 km), padrões insignificantes para a atualidade brasileira, as hidrelétricas mudaram o cenário da economia do país: Ribeirão dos Macacos (1887), Marmelos (1889) foram uma iniciativa inicial de pequenos empresários na área têxtil e fazendeiros em busca de auto-suficiência para

os seus empreendimentos.

Em 1899 são criadas a São Paulo Railway Light and Power Company (a atual Light) e a American and Foreign Power Company (Amforp), que a partir de investimentos estrangeiros dominarão o cenário de energia até a década de 60. A Light, no eixo Rio-São Paulo, construiu grandes hidrelétricas: Fontes (1908), Fontes Nova (1940), Nilo Peçanha (1954), Pereira Passos (1962) e Santa Branca (1999). A Amforp instalou uma pequena série de usinas termelétricas no país.

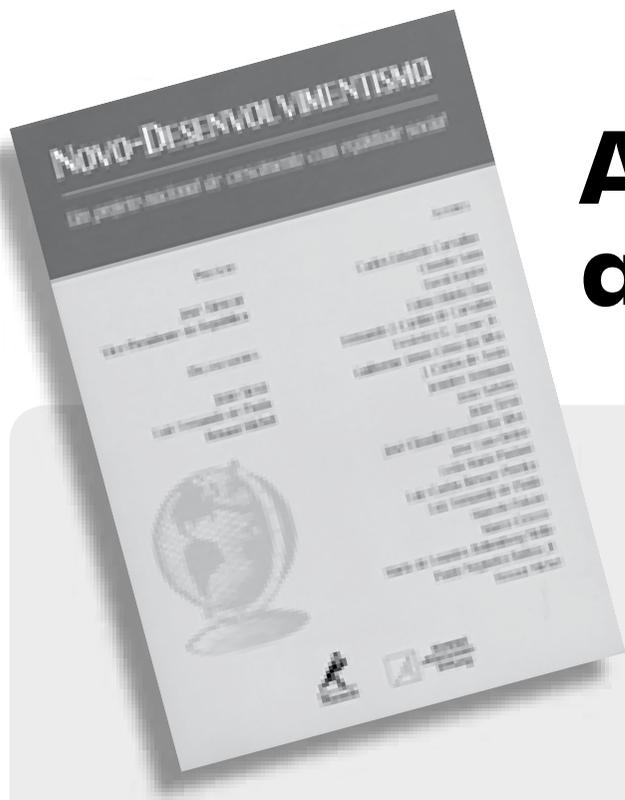
A década de 50 trouxe o início dos debates sobre a participação do Estado e da iniciativa privada nacional e estrangeira, nos setores estratégicos da infra-estrutura brasileira. JK cria, então, em 1957, a Central Elétrica de Furnas, dentro do Plano de Metas de seu governo. A partir de 1971, Furnas engloba as construções de Estreito, Funil, Porto Colômbia, Itumbiara, Marimbondo, Serra de Mesa entre outras.

As décadas de 50 e 60 assinalam a criação das empresas regionais de

energia: Copel e Escelsa (1953), Cellesc e Celg (1955), Coelba (1960), Cosern (1962) etc. A década de 70 é marcante pelo aparecimento de grandes empreendimentos: Tucuruí e Itaipu. Hoje o setor é responsável pela transferência de tecnologias para a construção de usinas na Índia e na China, demonstrando a capacidade latente do país e o pioneirismo no setor.

Dentro desta ótica de análise, podemos concluir que é necessário, dado a conjuntura internacional do setor, certo caráter empreendedor e inovador, que facilite a difusão e a implantação de um modelo energético que priorize fontes de energia não poluentes e de baixo custo. Seja o bio-diesel ou o álcool, e não necessariamente visando o mercado externo, cujos países em estágios avançados de industrialização dificilmente o aplicarão em suas matrizes energéticas, dado o alto custo da mudança, mas, muito mais, o mercado interno, ainda incipiente, protegendo o know how do qual somos detentores e pioneiros desde a década de 70. 

Alternativas ao pensamento único



Novo-desenvolvimentismo é indicado para aqueles que buscam alternativas à ditadura do pensamento único que desde o primeiro governo FHC se instaurou no país. Partindo-se do pressuposto de que o desenvolvimento de um país é um processo idiossincrático e irreproduzível, os organizadores alertam: “Não há um único modelo a ser seguido, e sim inúmeras possibilidades e combinações” (XLII).

Escrito por um grupo de renomados economistas heterodoxos (muitos de orientação keynesiana), contrários ao monetarismo neoliberal, o livro clama por maior complementaridade entre Estado e mercado, cujo funcionamento não deve ser deixado ao bel-prazer da mão invisível: “A política do *laissez faire* é considerada inadequada como solução para os problemas econômicos e sociais..., particularmente no que se refere ao desemprego e à distribuição de renda” (XXXVIII).

Um dos grandes méritos da obra é a desmistificação da pretensa neutralidade da política econômica, em geral evocada pelos liberais ortodoxos. A esse respeito, Francisco de Oliveira é categórico:

“...não há política econômica inocente nem neutra. O que se vende como aplicação responsável de princípios científicos não é mais que a opção por certos interesses, em detrimento daqueles que levariam o país, a sua população e suas classes a um novo roteiro de desenvolvimento”.

Trata-se de leitura indispensável para aqueles que buscam alternativas ao pensamento hegemônico neoliberal e acreditam que o Estado tem importante papel a cumprir, na obtenção do pleno emprego e da justiça distributiva, sobretudo, numa economia subdesenvolvida marcada historicamente por extrema concentração da riqueza e da renda, como a brasileira. 

Referência bibliográfica:

SICSÚ, J., DE PAULA, L.F. e MICHEL, R. Novo-Desenvolvimentismo. Um projeto nacional de crescimento com equidade social. São Paulo: Manole. 425 p.

Atualização em Estatística (29 de agosto a 17 de outubro, às terças-feiras, de 14h30 às 17h)

Atualização em Microeconomia (28 de agosto a 16 de outubro, às segundas-feiras, de 14h30 às 17h)

Matemática Financeira Básica (7 de agosto a 25 de setembro às segundas-feiras, de 18h45 às 21h30)

Argentina: questões sobre ontem e hoje (dias 15, 22 e 29 de agosto, terças-feiras, 18h45 às 21h30)

Tomada de decisão em projetos (5 de setembro a 23 de outubro, às terças-feiras de 18h45 às 21h30)

O pensamento econômico de Karl Marx (14 de setembro a 30 de dezembro, às quintas-feiras, de 18h45 às 21h30)

Matemática Financeira Avançada (2 de outubro a 11 de dezembro, às segundas-feiras - de 18h45 às 21h30)

Aperfeiçoamento em Estatística (4 de outubro a 6 de dezembro, de 18h45 às 21h30, às quartas-feiras)

Teoria dos Jogos (9 de outubro a 18 de dezembro às segundas-feiras, de 18h45 às 21h30)

Mercosul com sotaque parceiro (11 de outubro a 8 de novembro, às quartas-feiras, de 18h45 às 21h30)

O modelo de desenvolvimento chinês (30 de outubro a 19 de dezembro de 2006, às terças-feiras, de 18h45 às 21h30)

O mercado de planos de saúde: o problema vira solução? (7 a 28 de novembro de 2006 terças-feiras de 18h30 às 20h30)

Derivativos e Engenharia Financeira (de 9 de novembro a 7 de dezembro, quintas e sextas-feiras, de 18h30 às 22h)

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DE DEPOSITOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA BEM

COM A PROXIMIDADE dos Jogos Pan-Americanos, suas dotações orçamentárias vêm aumentando consideravelmente, no ranking de prioridades da gestão do município. Em 2003, começou-se o ano com R\$ 52 milhões referentes ao Pan, em 2004 essa dotação caiu para R\$ 33 milhões, no ano seguinte aumentou para pouco menos de R\$ 86 milhões e nesse ano iniciou-se com quase 5 vezes o valor do ano anterior. A realização das despesas também obtiveram crescimento constante: R\$ 26 milhões, R\$ 53 milhões, R\$ 79 milhões, respectivamente, em 2003, 2004 e 2005 e, R\$ 89 milhões, até o dia 25 de julho deste ano.

No começo do ano de 2006, o conjunto de programas de trabalho (PT)

Jogos do Pan 2007 Menos verbas para a saúde

lo prejuízo do PT referente à restauração e melhorias viárias, tais como Av. Brasil, Av. das Américas e Auto Estrada Lagoa Barra e do PT relacionado ao pagamento de amortizações da dívida interna.

O PT dos Jogos/2007 mais incrementado é "Parque Olímpico" tendo hoje cerca de R\$ 111 milhões, antes possuía apenas R\$ 1 milhão. Já a emenda legislativa aprovada para Construção de uma Vila Olímpica na Cidade de Deus teve sua do-

empenho as empresas Intelligent Risks PTY Ltd e Empresa MI Associates PTY Ltd; e ao CO-Rio. O somatório de pagamentos feitos dessa forma é de cerca de R\$ 7 milhões, no ano passado.

Priorização

Segundo a Lei Federal 4.320/64, que institui as normas e procedimentos orçamentários, no Brasil tal procedimento é flagrantemente ilegal. O artigo 60 do diploma determina:

Art. 60 – É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º - Em casos especiais, previstos na legislação específica, será dispensada a emissão de nota de empenho.

§ 2º - Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º - É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

O professor Heraldo da Costa Reis esclarece, em seu livro "A Lei 4320 comentada", que o empenho é o instrumento da administração para controlar a execução do orçamento. É através dele que o Poder Legislativo se certifica de que os créditos concedidos ao Poder Executivo estão sendo obedecidos.

Ressalte-se que o procedimento ilegal não poderia ser constatado através do Sistema de Acompa-

nhamento da Gestão Orçamentária e Financeira (SAGOF), o qual a Câmara Municipal tem acesso, pois, as datas de pagamento ali expostas não condizem com o fato. A diferença entre as datas de pagamentos efetivadas e as disponibilizadas pelo SAGOF varia de um a sete meses!

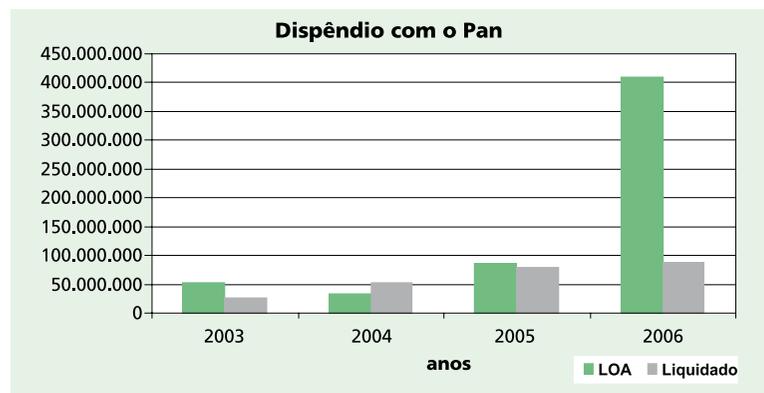
Outra irregularidade foi constatada, pelo Movimento SOS Autódromo, do Comitê Social do Pan: a realização de despesa através de programa de trabalho inexistente. Trata-se de um empenho no valor de R\$ 21 milhões, em favor do Consórcio Tecnosolo/Damiani, de um contrato que envolve mais de R\$ 67 milhões, cujos objetivos são obras de implantação da Arena Multiuso do Parque Olímpico, na área do Autódromo Nelson Piquet.

A Constituição Federal é taxativa: Art. 167 – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual...

As duas ilegalidades já são de conhecimento do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Até o momento não sabemos que providências foram tomadas no sentido de corrigir e punir os responsáveis pelas ilegalidades verificadas.

Na edição passada, abordamos a constatação de que uma série de emendas legislativas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias/2007, objetivando uma maior clareza na condução do processo orçamentário, não foi vitoriosa, a exemplo do ocorrido em anos anteriores. Os fatos acima demonstram a importância de a sociedade acompanhar e fiscalizar, cada vez mais, o processo orçamentário. 



dos Jogos/2007 totalizava aproximadamente R\$ 409 milhões. Até o meio do mês de julho, tais programas tiveram suas dotações acrescidas em cerca de R\$ 45 milhões. Embora atualmente os decretos de remanejamentos sejam feitos alterando vários PTs, ao mesmo tempo, dificultando assim a identificação do que foi reforçado e do que foi prejudicado, acreditamos que a origem do referido acréscimo seja pe-

tação de R\$ 3 milhões cancelada.

Se analisarmos as alterações até julho, por função orçamentária, observamos que a função Desporto e Lazer – por englobar programas do Pan – é uma das que obteve maiores acréscimos (R\$ 39 milhões) nos remanejamentos, até hoje, em contrapartida à saúde, que teve decréscimos (R\$ 28 milhões). Foram constatados pagamentos sem o prévio

Registramos, com satisfação, que o Ministério das Cidades solicitou (e foi atendido), neste mês, autorização para reproduzir a nossa cartilha "De Olho no Orçamento", com intuito de estimular a participação e o controle social. Igualmente relevante foi a divulgação desta mesma cartilha no programa "A Voz do Cidadão", da Rádio CBN, em 29 de junho. Lembramos que é uma produção do FPO-RJ, em conjunto com a campanha Jubileu Sul/Américas, de 2001. Esses dois fatos evidenciam que a cultura de utilizar o processo orçamentário como instrumento da cidadania está cada vez mais entranhado em nossa sociedade. Felizmente.

Prêmio de Monografia será entregue na ABI

■ O Dia do Economista, celebrado anualmente a cada 13 de agosto, será comemorado, neste ano, com palestra na ABI e a entrega do Prêmio de Monografia do Corecon-RJ. Como o dia em que a profissão de economista foi regulamentada – o 13 de agosto – cai em um domingo, a celebração será realizada em uma quinta-feira.

A solenidade terá início às 17h30, com a premiação das melhores monografias. Após a entrega dos prêmios, o

ponto alto das comemorações do Dia do Economista será a palestra do professor João Paulo de Almeida Magalhães, presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, sobre alternativas para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Às 20h, será servido um coquetel para todos os participantes. O auditório da ABI fica na rua Araújo de Porto Alegre, nº 71, no Centro da cidade, próximo à Cinelândia. 

Programação "Pensando o Brasil"

Dia 03/08/06 - "Finanças Públicas para o desenvolvimento e a distribuição de renda" com o Economista Carlos Eduardo Carvalho.

Dia 10/08/06 - "Uma visão de longo prazo para o desenvolvimento" com o Professor João Paulo de Almeida Magalhães.

Dia 17/08/06 - "Uma macroeconomia para o desenvolvimento" com o Economista João Sicsú.

Dia 23/08/06 - "Brasil no contexto mundial" com o Professor José Luiz Fiori.

Dia 31/08/06 - "Balanço e conclusões" com o Economista João Paulo de Almeida Magalhães, com os Engenheiros Raymundo de Oliveira e Heitor Manoel Pereira, e o Jornalista Maurício Azedo.

Dia 14/09/06 - "Balanço e conclusões" com o Economista João Paulo de Almeida Magalhães, com os Engenheiros Raymundo de Oliveira e Heitor Manoel Pereira, e o Jornalista Maurício Azedo.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Desenvolvimento e Vulnerabilidade: Perspectivas para a Retomada do Desenvolvimento nos Países do Sul

O Instituto de Economia da UFRJ vai realizar em Setembro – dias 4, 5 e 6 – o Seminário Internacional Desenvolvimento e Vulnerabilidade: perspectivas para a retomada do desenvolvimento nos países do sul. A finalidade desse seminário é retomar ao Brasil os termos de um debate internacional em curso, um ano após a Conferência da ONU e a reunião da WTO em Hong-Kong, rediscutindo os marcos desse debate desde uma ótica latino-americana. O Seminário é aberto ao público em geral e terá lugar no Salão Pedro Calmon no Campus da Praia Vermelha – Av. Pasteur, 280. As inscrições devem ser feitas no site do IE (www.ie.ufrj.br).

PROGRAMAÇÃO

Dia 4/09

14h00: SESSÃO DE ABERTURA

Boas-vindas: Prof. Aloízio Teixeira (Reitor da UFRJ)
Apresentação do programa e objetivos do seminário: Prof. João Sabóia (Diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

14h30 – 16H00: PALESTRAS

Embaixador Rubens Ricupero (FAAP) (a confirmar)
Dr. José Luis Macchinea (Secretário-Executivo da CEPAL) (a confirmar) • Dr. Patrus Ananias - Ministro do Desenvolvimento Social (MDAS) (a confirmar)

16h30 – 18H30 Programas e Políticas de Combate à Fome e à Pobreza: qual sua efetividade?

Coordenação: Walter Belik (IE-UNICAMP)

Patrícia Aguirre (IDAES-CIEPP, Argentina) • Joachim Von Braun (Diretor-Geral do IFPRI) • Nelson Villarreal Durán (Investigador e Asesor de la Dirección de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia

de la Republica Oriental del Uruguay) • Virgilio Juvane (Commonwealth) (a confirmar)

18H30: Coquetel

Lançamento do livro de Yannick Vanderborght, com a presença do Senador Eduardo Suplicy.

Dia 5/09

9h00 – 13h30: Proteção social e combate à pobreza: esforços paralelos ou integrados?

Coordenação: Maria Lúcia Werneck Vianna (IE-UFRJ)

Dr. Andras Uthoff (Diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL) • Prof. François-Xavier Merrien (Professor da Universidade de Lausanne) • Dr. Stephen Kay (Federal Reserve) e Prof. Milko Matijascic (Professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo) • Lena Lavinias (Instituto de Economia da UFRJ) • Yannick Vanderborght (Universidade de Louvain)

14h30 às 19h00

Sessão Temática 1: Agricultores mas Pobres: como superar o paradoxo?

Coordenação: Ana Célia Castro (CCJE-UFRJ)

John Adeoti (Instituto Nigeriano de Pesquisa Social e Econômica) • José Maria Caballero (Banco Mundial) • José Graziano da Silva (FAO) • Lisa Buerger (WTI)

Sessão Temática 2: Vulnerabilidade Sócio-econômica e AIDS

Coordenação: Cristina Possas (Assessora responsável, Programa DST-AIDS, Ministério da Saúde)

Lia Hesenclever (Instituto de Economia da UFRJ) • Kenneth Rochel de Camargo Jr (UERJ e ABIAIS) • Maria Cristina Pimenta (ABIAIDS) • Judith Rius Sanjuan (CPTECH) • Luciana Teixeira (Câmara dos Deputados)

19h00 às 20h30:

Mesa-redonda noturna: Qual a real contribuição das ONGS ao desenvolvimento do Sul?

Coordenação: Simon Schwartzman (IETS)

John Foster (Principal, North-South Institute, Ottawa) • Pedro Cunca Bocayúva (FASE) • Ricardo Young (Presidente do Instituto ETHOS) (a confirmar)

Dia 6/09

9h00 – 13h00: Como financiar a retomada do desenvolvimento no Sul combatendo o subdesenvolvimento e as desigualdades?

Coordenação: Carlos Medeiros (IE-UFRJ) (a confirmar)

Fernando Cardim (Instituto de Economia da UFRJ) • Maurício Borges Lemos (BNDES, Brasil) • Jomo Kwame Sundaram (Assistant Secretary-General Economic Development, UN) • Pervez Tahir (Economista-chefe do Ministério do Planejamento, Paquistão) • Miguel Bruno e José Eustáquio Diniz (ENCE-IBGE)

14h30 às 18h30

Sessão Temática 3: O framework da feminização da pobreza é o mais apropriado para debater as desigualdades de gênero?

Coordenação: Bila Sorj (IFCS-UFRJ)

Vera Soares (UNIFEM) • Peggy Antrobus (DAWN) • Sonia Correa (ABIAIDS-BR) • Sylvia Chant (LSE)

Sessão Temática 4: Estratégias Comerciais Vencedoras no Sul

Coordenação: João Sabóia (IE-UFRJ)

Paulo Nogueira Batista (FGV – SP) • Jan Kregel (Chief Policy Analysis and Development Branch, UN) • Pierre Salama (Université de Paris I) • Michael Storper (LES) (a confirmar)